

Humboldt e o Relativismo Lingüístico

Rodrigo Tadeu Gonçalves¹

¹Universidade Federal do Paraná (UFPR) - rodrigotg@ufpr.br

Abstract. *This paper tries to identify Wilhelm von Humboldt's contribution to the 20th century notion of linguistic relativity through the analysis of some of his texts. What is now known as Sapir-Whorf hypothesis, or linguistic determinism (a stronger version of the so-called linguistic relativity), is a somewhat vague notion that claims that our language determines the way we think and see the world. Since this idea is implicitly (and sometimes explicitly) found in Humboldt's linguistic works, the main aim of the paper is to discuss to what extent we can credit him for the notion of linguistic determinism.*

Keywords. *Wilhelm von Humboldt; Linguistic Relativity; History of Linguistics.*

Resumo. *Este artigo tem por objetivo discutir a noção de relativismo lingüístico conforme proposta pela chamada Hipótese Sapir-Whorf e tentar identificar até que ponto Wilhelm von Humboldt contribui para tal posicionamento. A Hipótese Sapir-Whorf, também conhecida como Determinismo Lingüístico (que, por sua vez, é uma versão mais forte do Relativismo Lingüístico), diz que a língua que falamos é capaz de moldar a maneira como pensamos e vemos a realidade. O artigo tenta mostrar de que forma essa noção já aparece de forma implícita (e, às vezes, explícita) nos trabalhos lingüísticos de Wilhelm von Humboldt.*

Palavras-chave. *Wilhelm von Humboldt; Relativismo Lingüístico; História da Lingüística.*

1. Introdução

As reflexões sobre a relação entre língua e mente são tão antigas quanto o próprio pensamento humano sobre ambas, e, em geral, preocupam-se em tentar entender de que maneira a mente e a língua se influenciam mutuamente, se ambas são apenas uma coisa ou se são independentes entre si, se pensamos usando a mesma língua que falamos ou não. Claramente, essas discussões inscrevem-se numa tradição antiga de buscar pistas sobre nossas atividades mentais e lingüísticas, e sobre até que ponto nos tornamos seres humanos através de nossa capacidade de codificar nossos pensamentos via nossa linguagem verbal.

A tradição lingüística ocidental, desde seus primeiros episódios documentados, atravessa a história, da antiguidade até o renascimento, de maneira praticamente linear: o pensamento gramatical-filológico greco-romano prevalece de forma que as gramáticas (testemunhos do pensamento sobre a linguagem que atravessa a história ocidental) costumam seguir o mesmo padrão prático-pedagógico que norteava as gramáticas alexandrinas como a de Dionísio da Trácia (Robins, 1983; Weedwood, 2002). Antes do que chamamos de período do Renascimento e períodos posteriores, a própria arquitetura

das gramáticas era bastante fixa, o que se percebe, por exemplo, no fato de as primeiras gramáticas do latim terem acrescentado a classe de palavras das interjeições a uma lista de sete outras classes, numa aparente tentativa de igualar o número de classes de palavras das gramáticas gregas alexandrinas (que possuíam, na formulação de Dionísio da Trácia e de Apolônio Díscolo, por exemplo, oito classes). Esse acréscimo deve-se ao fato de que, em latim, não se pode identificar uma classe de palavras para os artigos, visto que essa língua não os possui. Assim, a tradição ocidental continua a produzir gramáticas pedagógicas com um elenco de classes de palavras praticamente idêntico às oito originais de Dionísio, numa espécie de assunção tácita de que as línguas devem apresentar, de maneira geral, as mesmas exatas classes de palavras.

Mesmo o surgimento de eventuais incursões filosóficas no campo dos chamados estudos gramaticais acaba por perpetuar esse ponto de vista de universalidade na constituição da estrutura das línguas. Assim, os Filósofos Especulativos medievais e os gramáticos de Port-Royal na França do século XVII também falam em verbo, substantivo, advérbio etc. como se todas as línguas humanas obrigatoriamente apresentassem categorizações similares às das línguas clássicas ocidentais, não impostando o fato de os trabalhos dessa orientação não terem nenhum alcance empírico.

A chegada de um pensamento empirista pós-renascentista nos estudos gramaticais culminou com a explosão de estudos comparativos do século XIX. Estudiosos como Franz Bopp, Jacob Grimm, August Schleicher e Wilhelm von Humboldt mudaram drasticamente o panorama dos estudos da linguagem ao estudar diversas línguas diferentes buscando compará-las em sua estrutura e história, o que acabou por legar ao ocidente uma visão menos universalista, menos racionalista das estruturas das línguas humanas. O acesso aos dados mostrou à Europa que a visão eurocentrista originada de uma tradição gramatical essencialmente greco-romana não precisaria obrigar os pesquisadores a aceitar a visão universalista de que as línguas são todas, no fundo, iguais, e que as diferenças são como que *epifenômenos superficiais*, possivelmente apenas lexicais.

Pode-se dizer que a lingüística estruturalista européia e norte-americana da virada do século XX até a ascensão de Chomsky na segunda metade do século passado são herdeiras da tradição empirista dos estudos da linguagem, tornada possível pelo que se fez durante o período da ascensão da lingüística histórico-comparativa.

Nesse panorama estruturalista-empirista, inscrevemos os lingüistas Franz Boas, Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf que, na primeira metade do século XX, nos Estados Unidos, notabilizaram-se por criarem uma densa tradição de lingüística fortemente antropológica, que procedia a análises de línguas indígenas inserida numa tradição conhecida posteriormente como estruturalismo norte-americano, do qual o maior expoente talvez seja Leonard Bloomfield. É nesse quadro histórico que se inscreve a formulação do século XX da chamada hipótese Sapir-Whorf. Essa hipótese, também chamada de relativismo ou determinismo lingüístico, aparece de certa forma latente em Boas e Sapir, e ganha uma formulação mais explícita nos trabalhos do engenheiro químico e técnico de seguradora de incêndios Whorf, como veremos. A hipótese sustentada, em linhas gerais, diz que as línguas humanas podem ser bastante diferentes entre si, e que elas exercem um papel importante na cognição de seu falante. Assim, o falante de uma língua vê o mundo de forma diferente daquela através do qual um falante de outra língua o vê. As diferentes formulações da hipótese serão esboçadas adiante.

No entanto, com a virada teórico-metodológica provocada pelo surgimento do chamado *cognitivismo*, ou do que se chamam *Ciências Cognitivas*, a hipótese Sapir-Whorf acabou sendo depreciada por uma visão lingüística novamente universalista, em um momento histórico que favorece as pesquisas teóricas (agora possíveis) sobre a mente e cognição humanas (antes frequentemente vistas como inacessíveis ao pesquisador humano). Assim, com o gerativismo de Chomsky, que, sumariamente, prega que a linguagem é uma faculdade exclusivamente humana, programada nos genes dos homens, e, portanto, inata e universal, a maioria das pesquisas sob essa orientação, na segunda metade do século XX e do início do século XXI, focalizam a busca por universais nas línguas humanas, para comprovar a universalidade da chamada Gramática Universal (sistema geneticamente transmitido que, provido de poucos estímulos lingüísticos, constitui o estágio final e estabilizado da língua natural do falante).

Esse trabalho aponta para a maneira como os cognitivistas contemporâneos refutam a hipótese clássica do relativismo lingüístico, e aponta também para o surgimento de uma geração de pesquisadores que defendem uma reformulação dos princípios da hipótese Sapir-Whorf clássica, também segundo novas pesquisas, já que as que teriam sido levadas a cabo anteriormente não foram suficientes.

O panorama histórico esboçado brevemente nesta introdução e as formulações e refutações da hipótese providas a seguir devem ser tomadas como pano de fundo para entender onde podemos posicionar o pensamento Humboldtiano. Dessa forma, não tentaremos tomar uma posição quanto à hipótese do relativismo lingüístico, mas sim avaliar a influência de Wilhelm von Humboldt para suas formulações, visando, em última instância, encontrar no filósofo-lingüista alemão pontos importantes a serem investigados mais profundamente, em uma busca última por ajudar na atual tentativa de fazer renascer os estudos Humboldtianos no Brasil, mesmo que tardiamente, por entendermos que se trata de um autor fundamental para a história do pensamento ocidental sobre a linguagem humana. Prova dessa atual tentativa é o envolvimento recente de uma grande quantidade de pessoas trabalhando para o lançamento da primeira tradução de Humboldt diretamente do original alemão para o português brasileiro, a sair em edição bilíngüe no ano da concepção deste trabalho (Heidermann (ed.), no prelo).

2. As formulações e refutações da hipótese Sapir-Whorf

Veremos nesta seção como a hipótese do relativismo foi formulada por Boas, Sapir, Whorf e pelos neo-relativistas (Gumperz & Levinson, 1996), e que argumentos os cognitivistas mobilizam para refutá-la.

2.1. Franz Boas (1858-1942)

Em um texto de Roman Jakobson, citado em Slobin (1996) *apud* Gumperz & Levinson (1996: 71), o autor fala sobre o posicionamento de Franz Boas (mestre de Sapir) com relação a uma visão menos determinística da diversidade lingüística. Jakobson aponta para o fato de que Boas considera que uma língua “determina aqueles aspectos de cada experiência que **devem** ser expressos” (Boas 1938 *apud* Gumperz & Levinson: 71). Ou seja, o que as línguas apresentam de diferente acaba por obrigar o falante de uma língua específica a dizer algumas coisas e o falante de outra língua a

dizer outras coisas. Entre os exemplos, fala-se da sentença *the man is sick*, que, ao ser dita em português ou em espanhol, deve especificar se o homem está temporariamente doente ou se ele é doente, por causa da existência dos verbos *ser* e *estar*, que correspondem a apenas um verbo em inglês, *be*. Assim, as línguas, já que apresentam diferenças, acabam por levar o falante a fazer certas escolhas que outras línguas não fazem. Ou seja, as línguas diferenciam-se no que nos obrigam a escolher.

2.1. Edward Sapir (1884-1939)

Esse importante lingüista nos diz, em uma de suas primeiras obras, que “a língua não existe isolada de uma cultura, isto é, de um dado conjunto socialmente herdado de práticas e crenças que determinam a trama das nossas vidas” (Sapir, 1954: 205). A relação que se estabelece entre esse conjunto e a chamada língua, e os efeitos que essa relação tem sobre a maneira como os falantes interagem com a realidade, ou seja, a possibilidade de que a língua, através da cultura, de certa forma molde o ponto de vista sobre a realidade do falante, são os pontos de partida para a atribuição a Sapir e a seu discípulo Whorf da chamada hipótese do relativismo lingüístico. Vejamos algumas considerações de Sapir sobre essas relações:

Os seres humanos não vivem sozinhos no mundo objetivo, nem sozinhos no mundo da atividade social como entendida normalmente, mas estão muito mais à mercê da língua particular que tornou-se o meio de expressão para sua sociedade. É deveras uma ilusão imaginar que uma pessoa se ajusta à realidade essencialmente sem o uso da língua e que a língua é meramente um meio incidental de resolver problemas específicos de comunicação ou reflexão. O fato da questão é que o mundo “real” é, em grande parte, inconscientemente construído sobre os hábitos do grupo. Não há duas línguas que sejam suficientemente iguais para serem consideradas representativas da mesma realidade social. Os mundos nos quais diferentes sociedades vivem são mundos distintos, não meramente o mesmo mundo com rótulos diferentes anexados... Vemos e ouvimos e de outra forma experienciamos em grande parte como o fazemos porque os hábitos lingüísticos de nossa comunidade predis põem certas escolhas de interpretação.

...Desse ponto de partida devemos pensar na língua como guia simbólico da cultura.

(Sapir 1949: 162 *apud* Joseph, Love & Taylor, 2001: 7, tradução minha)

A língua... não somente se refere à experiência largamente adquirida sem o seu auxílio, mas na realidade define a experiência para nós pela razão de sua completude formal e por causa de nossa projeção inconsciente de suas expectativas implícitas no campo da experiência... Tais categorias como número, gênero, caso, tempo... não são tão descobertas na experiência como impostas sobre ela por causa da orientação tirânica que a forma lingüística tem sobre nossa orientação no mundo.

(Sapir 1931: 578 *apud* Joseph, Love & Taylor, 2001: 10, tradução minha)

Em virtude de seu contato com a tradição da lingüística antropológica norte-americana, herdeira de uma tradição empirista dos estudos da linguagem iniciada no século XIX na Europa, Sapir dá grande importância à diversidade lingüística. No entanto, ele nos diz que é exatamente essa diversidade que nos subjuga enquanto falantes e nos deixa “à mercê” da língua que falamos, que, por sua vez, exerce sobre nós uma espécie de força “tirânica”. É com um posicionamento como o que aparece nos trechos acima que Sapir assume a postura de relativista e acaba cedendo seu nome à maneira como vemos o relativismo lingüístico a partir do século XX. Vejamos a seguir como a formulação atinge uma forma mais explícita em Whorf.

2.1. Benjamin Lee Whorf (1897-1941)

Whorf não foi lingüista profissional durante a maior parte da sua carreira. Contudo, trabalhando como inspetor para uma companhia seguradora, ele teve muitas oportunidades de analisar, em relatórios de acidentes, como muitas vezes uma formulação lingüística levava um indivíduo a ver a realidade de uma certa maneira, o que, na maioria dos casos estudados por Whorf, levava a uma maneira diferente de observar a realidade, e, até mesmo, a acidentes. Seu contato posterior com Sapir e seus estudos sobre a língua nativa de índios Hopi norte-americanos o levaram à formulação mais explícita da hipótese da relatividade lingüística, como podemos perceber nos trechos selecionados abaixo.

Dissecamos a natureza ao longo de linhas esboçadas pela nossa língua nativa. As categorias e tipos que isolamos do mundo dos fenômenos nós não encontramos lá porque eles olham cada observador na face; ao contrário, o mundo é apresentado num fluxo caleidoscópico de impressões que tem que ser organizado por nossas mentes – e isso significa em grande parte pelos sistemas lingüísticos de nossas mentes.

(Whorf 1956: 213 *apud* Gumperz & Levinson, 1996: 5, tradução minha)

Os fenômenos da língua são fenômenos de segundo plano, dos quais os falantes não estão conscientes, ou, no máximo, estão vagamente conscientes... Esses padrões da língua involuntários e automáticos não são os mesmos para todos os homens, mas são específicos para cada língua e constituem o lado formalizado da língua, ou sua “gramática”...

Desse fato procede o que eu chamei de “princípio da relatividade lingüística”, que significa, em termos informais, que os usuários de gramáticas marcadamente diferentes são levados por suas gramáticas a tipos diferentes de observações e avaliações diferentes de atos similares de observação, e portanto não são equivalentes como observadores, mas devem chegar a visões do mundo de certa forma diferentes.

(Whorf 1956: 221 *apud* Gumperz & Levinson, 1996: 6, tradução minha)

Fomos então apresentados a um novo princípio de relativismo, que sustenta que todos os observadores não são levados pelas mesmas evidências físicas à mesma pintura do universo, a menos que seus panos-de-fundo lingüísticos sejam similares, ou que possam de certa forma ser calibrados.

(Whorf 1956: 214 *apud* Gumperz & Levinson, 1996: 6, tradução minha)

Através das citações acima, vemos que o chamado “princípio do relativismo lingüístico” foi proposto por Whorf de maneira radical: as línguas naturais nos levam a visões diferentes da realidade. Vejamos como essas afirmações, que sintetizam aquilo que chamamos de *hipótese Sapir-Whorf*, foram combatidas pelos cientistas cognitivos posteriores.

2.1. Os argumentos dos cognitivistas: Pinker (2002)

Os cientistas cognitivos de orientação chomskiana-inatista da segunda metade do século XX têm mais meios de capturar correlatos cerebrais de várias ordens de fenômenos, vantagem que lhes é garantida pela posição histórica mais privilegiada quanto a esse aspecto, ao contrário dos pesquisadores do início do século XX. Os primeiros procuram em suas pesquisas encontrar características universais na maneira como os seres humanos adquirem e processam a língua natural. Assim, se se fala de

uma Gramática Universal inscrita no cérebro como algo transmitido geneticamente, fala-se de uma característica específica da espécie, resultante de alguma adaptação evolutiva exclusiva da espécie humana, e, portanto, uniforme em todos os membros da espécie. Assim, tornou-se de certa forma “não-científico” falar na possibilidade de línguas diferentes moldarem a realidade dos falantes de maneira específica. A orientação universalista predominante na ciência cognitiva não vê motivos para procurar diferenças lingüísticas que causem diferenças cognitivas significativas. Se a gramática universal é um dispositivo do ser humano como membro da espécie humana, isso quer dizer que, de certa maneira, as diferenças entre as línguas voltam a ser *epifenômenos* como aqueles a que os gramáticos de Port-Royal se referiam: as línguas, em sua superfície, são diferentes, mas o que interessa é que essa diferença é muito pouco radical, e que se trata apenas de uma manifestação superficial de algum tipo de gramática internalizada invariável na espécie humana. Segundo Lucy (apud Gumperz & Levinson, 1996: 42), o argumento dos cognitivistas segue mais ou menos o seguinte caminho: “se, por assunção, as línguas não variam significativamente, há poucas razões para investigar suas formas diversas”.

Steven Pinker (2002) argumenta em favor da existência de uma língua do pensamento, chamada por ele de mentalês, que não se utiliza da língua natural para funcionar, de modo que, quando falamos, traduzimos do mentalês para a nossa língua específica. Assim, não se pode mais falar que a língua natural é uma representação do pensamento, ou ainda, que língua e pensamento são uma e a mesma coisa. Os argumentos para sustentar tal posição não poderão ser expostos aqui em virtude da limitação de espaço, mas o que isso implica é que, se um pesquisador assume a hipótese Sapir-Whorf como verdadeira, a influência da sua língua natural na sua capacidade cognitiva, e, por conseguinte, no seu pensamento, deverá ser maior do que aquela permitida pela hipótese do mentalês, ou seja, o relativismo impedirá que se possa falar em universalidade da gramática inata e da gramática do pensamento. Assim, os cognitivistas procedem de várias formas a uma sistemática destruição dos argumentos clássicos do relativismo lingüístico.

Pinker discute a proposta de Whorf da seguinte maneira: Whorf havia estudado a língua apache como suporte para a sua hipótese relativista. Um dos argumentos whorfianos envolvia a impossibilidade de se traduzir para essa língua uma sentença como *Esta primavera está chuvosa*. Segundo ele, em apache, ter-se-ia que dizer “Como água, ou primaveras, a brancura move-se para baixo”. Pinker (2002: 66) rebate dizendo que, segundo psicólogos como Roger Brown, logo depois que os artigos de Whorf apareceram, este pode ter baseado todas as suas afirmações sobre a psicologia apache apenas na gramática da língua, sem nunca ter sequer visto um apache pessoalmente. Outra questão recorrente nas críticas cognitivistas a Whorf é que este teria traduzido muito mal as frases das línguas indígenas propositalmente, ou para fazê-las parecer muito estranhas, ou por não ter ele conhecimento suficiente da língua indígena em questão. Pinker (*ibidem*) argumenta dizendo que ele poderia fazer a mesma coisa que Whorf fizera com a sentença apache se traduzisse “he walks” (ele anda) por “as solitary masculinity, leggedness proceeds” (enquanto masculinidade solitária, dotado de pernas procede”). Para Pinker, falar em relativismo lingüístico é falar em um “absurdo convencional”, ou seja, algo que as pessoas acreditam ser verdade por lembrarem-se vagamente de já terem ouvido alguém falar a respeito (é o caso, segundo ele mesmo, do “fato” de que só usamos alguns por cento de nosso cérebro, da multiplicidade de

vocábulos que significam “neve” para os esquimós e de tantos outros, como da suposta intradutibilidade da palavra “saudade” para outras línguas que não o português e das centenas de palavras que os brasileiros têm para designar “glúteos”.

Claramente, o que está em jogo é a defesa de uma posição teórica surgida por volta da metade do século XX e muito forte até hoje. A defesa de um cientificismo no tratamento de questões sérias sobre, por exemplo, a relação entre linguagem e mente, juntamente com a tentativa sistemática de trazer à tona uma série de supostas falsas crenças a respeito dos chamados “absurdos convencionais” dão bastante credibilidade aos argumentos dos cientistas cognitivos, por gozarem de uma posição privilegiada no momento histórico que, dotado de metodologias refinadas, de avanços da tecnologia como eletroencefalogramas e de toda a tradição dos estudos lingüísticos, psicológicos, antropológicos e filosóficos sobre linguagem e mente, acabaram por tirar muito do crédito que se deu à hipótese Sapir-Whorf.

2.1. Os neo-relativistas: Gumperz & Levinson (1996)

Muito embora, como vimos no final da última seção, os cognitivistas contem com bons argumentos em sua refutação da hipótese do relativismo lingüístico, mais recentemente pesquisadores voltaram a defender essa hipótese com base em pesquisas mais sólidas, com metodologias melhoradas e argumentos interessantes. Assim, através da comparação de mais línguas em suas estruturas de maneiras mais abrangentes (ao invés de comparações entre apenas duas línguas ou apenas entre os vocabulários das línguas), através de testes e experimentos com *design* mais confiável, aqueles pesquisadores que eu chamo aqui de neo-relativistas tentam devolver à hipótese Sapir-Whorf alguma credibilidade, retirando dela o peso do radicalismo e de sua fundação considerada até então “pouco científica”.

É dessa forma que temos, em Gumperz & Levinson (1996), vários relatos de experimentos que mostram através de dados sólidos que as crianças, ao adquirirem línguas diferentes, são, sim, influenciadas por suas línguas. Testes foram feitos, por exemplo, ao se pedir que elas descrevessem cenas idênticas, com resultados que mostraram que as crianças falantes de línguas diferentes descreviam as cenas lingüisticamente de maneiras consistentemente diferentes (Slobin, *apud* Gumperz & Levinson, 1996). Fala-se, também, por exemplo, dos efeitos na memória de situações naquelas em que se pede para que a pessoa se lembre de uma seqüência de objetos a que foram expostas quando essas pessoas são falantes de línguas de tipos diferentes quanto à expressão de relação espacial. Gumperz & Levinson nos dizem que existem línguas, como o português, que possuem expressões como *em cima*, *embaixo*, *na frente*, *atrás*, e línguas que não possuem tais expressões e dependem de relações cardiais (norte, sul, leste e oeste) para expressar posição espacial. Assim, para um falante de uma língua deste último tipo, deve-se falar sobre relações espaciais partindo-se de um ponto de referência não do falante-observador, mas sim utilizando-se expressões como *a leste de*, *a oeste de*, *ao sul de* e *ao norte de*, por exemplo. Ou seja, falantes de línguas com orientação espacial cardinal precisariam projetar o ponto de referência espacial para fora de si mesmos. A nossa percepção que uma estrutura lingüística diferente como essa deve causar algum tipo de diferença cognitiva é comprovada por experimentos que mostram que os mesmos objetos em um experimento são lembrados em ordens diferentes por falantes de línguas *cima-baixo* e de línguas *norte-sul*.

Portanto, vemos que a situação contemporânea acerca do relativismo lingüístico divide os pesquisadores, mas de certa forma vemos também que há um renascimento da hipótese, agora fundada em solo mais firme, convivendo com o pensamento dos cognitivistas inatistas mais céticos quanto a ela.

3. Wilhelm von Humboldt (1767-1835) e o Relativismo Lingüístico

Chegamos, enfim, à última seção desse trabalho, que procura localizar o pensamento de Humboldt quanto à hipótese do relativismo lingüístico. Certamente não poderemos encontrar nele uma posição clara quanto à formulação posterior da hipótese, já que tratar-se-ia de um anacronismo. Mas os posicionamentos de Humboldt sobre a relação entre linguagem e pensamento é que, em última instância, nos interessam mais aqui, pois veremos se é possível inscrevê-lo na tradição contemporânea dos relativistas empiristas ou na tradição dos cognitivistas universalistas. Para começar, vejamos uma definição de língua para Humboldt:

A língua nada mais é do que o complemento do pensamento, o esforço de elevar as impressões externas e as sensações internas ainda obscuras à condição de conceitos nítidos, ligando-os uns aos outros para criar novos conceitos. (*Sobre a natureza da língua em geral*. Tradução de Paulo Oliveira, in Heidermann, no prelo)

É possível ver, nesse trecho, que Humboldt considera que a língua depende do pensamento, e não o contrário. Nesse sentido, a linguagem mental dos conceitos encontra na língua uma maneira de se manifestar. Essa tese aproxima-se da tese dos racionalistas universalistas, de que as línguas são superficialmente diferentes, mas que os conceitos, a matéria bruta do pensamento, são de certa forma iguais, e as línguas naturais servem, então, para veiculá-los. Continuamos a citá-lo:

A língua é o órgão formador do pensamento. A atividade intelectual, completamente interior e inteiramente espiritual, de certo modo passageira, sem deixar rastros, torna-se externa pelo som da fala e perceptível aos sentidos. Ela e a língua são, então, uma só e inseparáveis uma da outra. A atividade intelectual até mesmo por si está vinculada à necessidade de entrar em associação com o som da fala, pois, caso contrário, o pensar não conseguiria chegar à nitidez, a idéia não poderia tornar-se conceito. A associação inseparável do pensamento, das ferramentas vocais e do ouvido para formarem a língua está arraigada invariavelmente na disposição original da natureza humana, que dispensa maiores explicações. (*Natureza e constituição da língua em geral*. In Heidermann, no prelo)

Humboldt, aqui, nos diz aparentemente o contrário do que dissera na citação anterior: a língua é o órgão formador do pensamento. Deixando a aparente contradição de lado, podemos ver que, na verdade, ele defende que língua e pensamento são uma só coisa. Nesse ponto, vemos um Humboldt relativista que diz que a atividade intelectual depende fortemente da nossa atividade lingüística e que, sem ela, os conceitos não poderiam ser expressos. Essa dependência acarreta algum tipo de influência que diferentes línguas possam ter na maneira de externar essa atividade intelectual da qual Humboldt fala. Finalmente, podemos chegar a uma formulação mais clara:

O ser humano convive com os objetos principalmente, ou melhor, exclusivamente assim como a língua lhes introduz, devido ao fato de que o sentir e o agir nele dependem de suas idéias. Pelo mesmo ato pelo qual ele tece a língua para fora de si, ele se enreda e isola no tecido da mesma e cada língua desenha um círculo ao redor do povo ao qual pertence, do qual ele consegue sair apenas na medida em que se passa

simultaneamente para o círculo de uma outra língua. O aprendizado de uma língua estrangeira, por isso, deveria ser a conquista de um novo ponto de vista na maneira anterior de ver o mundo, e de fato o é até certo grau, pois cada língua contém toda a teia de conceitos e o ideário de uma parte da humanidade. Este resultado apenas não é sentido de maneira pura e completa porque a própria visão do mundo e da língua é sempre transferida para a língua estrangeira, em maior ou menor grau. (*ibidem*)

A linguagem é portanto, se não como um todo, pelo menos sensivelmente o meio, através do qual o homem constrói a si mesmo e ao mundo, ou melhor através do qual se torna consciente, compreendendo-se como consciência apartada do mundo. (*Carta a Schiller*, tradução de Izabela Maria Furtado Kestler in Heidermann, no prelo)

A progressão do pensamento de Humboldt não nos deixa dúvidas: as citações acima deverão inscrevê-lo na tradição do relativismo lingüístico. Segundo o trecho acima, estamos sob o domínio de um ponto de vista guiado pela nossa língua, do qual só conseguimos nos livrar quando adquirimos ou estudamos uma outra língua. Trata-se da formulação mais clara de algo que lembre o princípio do relativismo lingüístico em Humboldt, mas não devemos necessariamente entender essa citação como a última palavra de Humboldt sobre o assunto. Vejamos até onde ainda podemos ir:

Mas o ser humano condicionado pela língua atua novamente sobre ela, e cada uma em particular é, assim, o resultado de três efeitos diferentes e coincidentes: da natureza real dos objetos, enquanto estes produzem a impressão sobre a alma; do que é subjetivo na nação; e do que é característico na língua, através da matéria básica alheia que a ela se acrescenta, e através da força, com a qual tudo o que um dia para ela se transportou, mesmo que criado originariamente de modo inteiramente livre, somente em certos limites da analogia permite um aperfeiçoamento.

Através da dependência recíproca do pensamento e da palavra uma em relação com a outra fica evidente que as línguas na verdade não são meios para a representação da verdade conhecida, mas sim muito mais para a descoberta do anteriormente desconhecido. A sua diferença não reside nas ressonâncias e sinais, mas na diferença de concepção de mundo mesma. Aqui se encerra o motivo e o último objetivo de toda pesquisa lingüística. A soma do que é cognoscível fica, como um campo a ser trabalhado pelo espírito humano, num ponto médio entre todas as línguas, e independente delas. (*Sobre o estudo comparado das línguas em relação com as diferentes épocas do desenvolvimento lingüístico*, tradução de Luiz Montez in Heidermann, no prelo)

Finalmente percebemos que, para Humboldt, um lingüista-filósofo de tendências racionalistas-universalistas inscrito numa tradição histórica de pesquisa lingüística empirista, no século XIX, nada é tão simples quanto poderia ser. A oscilação entre pontos de vista aparentemente irreconciliáveis é característica marcante de seus textos. Quando se pensa que é possível identificar um Humboldt como precursor da hipótese Sapir-Whorf é que se encontra um Humboldt ainda mais complexo, que, aparentemente, tentou a síntese de dois posicionamentos interessantes: a língua molda o pensamento, mas o pensamento também molda a língua, ou seja, o ser humano é refém de uma visão de mundo determinada pela sua língua, mas isso se dá porque ele se inscreve num momento histórico em que a língua que fala já existe por completo (ou seja, o início da língua lhe é completamente inacessível), e ele é objeto da própria língua. No entanto, a sua própria maneira de atuar em retribuição faz com que ele seja sujeito para a língua e cause, por exemplo, mudança lingüística. Essa síntese nos mostra, na verdade, que temos um Humboldt simultaneamente racionalista-universalista e empirista-relativista,

com formulações acerca da natureza das relações entre língua e desenvolvimento intelectual absolutamente interessantes, exatamente pela capacidade que ele teve de conciliar o que aparentemente não se poderia conciliar. À guisa de conclusão, creio ser apropriado deixar que falem suas palavras:

Ninguém pensa numa palavra justa e exatamente do mesmo modo que o outro, e a mais ínfima diferença tremula como um círculo na água, até atravessar a língua inteira. Toda a compreensão, portanto, é simultaneamente uma incompreensão, toda a sintonia em pensamentos e sentimentos é ao mesmo tempo uma divergência. (*Natureza e constituição da língua em geral. In Heidermann, no prelo*)

4. Referências bibliográficas

- GUMPERZ, John J.; LEVINSON, Stephen C. *Rethinking Linguistic Relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HARRIS, Roy; TAYLOR, Talbot J. *Landmarks in Linguistic Thought. The Western Tradition From Socrates to Saussure*. London and New York: Routledge, 1989.
- HUMBOLDT, Wilhelm von. *Linguistic Variability and Intellectual Development*. Translated by George C. Buck and Frithjof A. Raven. First Pennsylvania Paperback Edition. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- _____. *Textos Seleccionados*. Organizado por Werner HEIDERMANN. Florianópolis: No Prelo, 2005.
- JOSEPH, E. John; LOVE, Nigel; TAYLOR, Talbot J. *Landmarks in Linguistic Thought II. The Western Tradition in the Twentieth Century* London: Routledge, 2001.
- PINKER, Steven. *O Instinto da Linguagem: Como a mente cria a linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ROBINS, Robert H. *Pequena História da Lingüística*. Tradução: Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.
- SAPIR, Edward. *A Linguagem: Introdução ao estudo da fala*. Tradução: Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.
- WEEDWOOD, Barbara. *História Concisa da Lingüística*. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.